

Ex-titular do Ministério da Saúde afirma à CPI da Covid que deixou a pasta porque percebeu que não teria autonomia para trabalhar nem conseguiria superar as divergências com Bolsonaro sobre o uso do medicamento em pacientes com o vírus

Interferências e cloroquina derrubaram ministro

» JORGE VASCONCELLOS

O ex-ministro da Saúde Nelson Teich afirmou, ontem, durante depoimento na CPI da Covid, que deixou o cargo quando percebeu que não teria autonomia para fazer uma gestão técnica à frente do ministério. O oncologista negou ter sofrido pressões, mas disse que era contrário às recomendações do presidente Jair Bolsonaro do uso da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19 — o medicamento não tem eficácia científica comprovada contra a doença. Teich ficou 29 dias no cargo.

“As razões da minha saída do ministério são públicas; elas se devem, basicamente, à constatação de que eu não teria a autonomia, a liderança que imaginava, indispensáveis ao exercício do cargo. Essa falta de autonomia ficou mais evidente em relação a divergências com o governo quanto à eficácia do uso do medicamento cloroquina para o tratamento da covid-19”, explicou. “Quanto à minha convicção pessoal, baseada nos estudos, não existia evidência de eficácia para liberar. O pedido específico foi pelo desejo de ampliação do uso da cloroquina. Isso refletia em uma falta de autonomia e de liderança.”

Segundo ele, “existia um entendimento diferente, por parte do presidente, que era amparado em outros profissionais, inclusive o Conselho Federal de Medicina (CFM), que, naquele momento, autorizou a extensão do uso (da hidroxicloroquina), e isso aí foi o que motivou a minha saída”. O médico acrescentou que, “sem a liberdade para conduzir o ministério, conforme as minhas convicções, eu optei por deixar o cargo”.

O médico contou ter participado de reuniões sobre a hidroxicloroquina e que a cúpula do governo sabia de sua discordância sobre o uso do medicamento contra a covid-19. Ao negar que tenha sofrido pressões de Bolsonaro, ele afirmou que sua situação no cargo ficou insustentável, “justamente

Jefferson Rudy/Agência



Nelson Teich passou 29 dias no cargo: “Eu não tinha autonomia nem liderança. Em situações como a covid, precisa-se de liderança e coordenação”

por eu não ter tido o desejo dele (presidente) de estender o uso da cloroquina”. Ele negou ter tomado ciência de que o Exército estava produzindo hidroxicloroquina. “Eu não participei disso. Se aconteceu alguma coisa, foi fora do meu conhecimento.”

Teich declarou que, no período à frente da pasta, tratou de imunizantes contra a covid-19

que poderiam ser fabricados no Brasil. “No meu período, ainda não tinha uma vacina sendo comercializada; era ainda o começo do processo da vacina e foi quando eu trouxe a da AstraZeneca para o estudo C, realizado no Brasil, para o país ser um dos braços desse estudo, na expectativa de que,

trazendo o estudo, a gente tivesse facilidade na compra futura”, disse. “Na época, era o começo de tudo, e a minha preocupação era, realmente, que a gente entrasse nesse circuito do desenvolvimento. O meu foco eram vacinas que vinham sendo desenvolvidas no mundo.”

Para ele, o Brasil poderia ter mais vacinas à disposição se tivesse aceitado os riscos, formalizando as compras ainda na fase de estudos dos imunizantes contra o novo coronavírus. “Quem chega depois vai para o final da fila”, enfatizou. Ele disse que levaram a melhor, com altos estoques de doses, os países que tinham mais dinheiro e capacidade de assu-

mir esse risco, adquirindo vacinas que, talvez, não se mostrassem úteis no futuro.

Perguntado se Eduardo Pazuello era preparado para ser, à época, seu secretário-executivo, o segundo posto na hierarquia do ministério, disse que a indicação do general foi feita diretamente pelo presidente da República e que a aceitação após uma conversa com o militar, pois precisava de alguém para coordenar a distribuição de insumos. Questionado sobre o fato de Pazuello tê-lo substituído no cargo de ministro, respondeu que “seria mais adequado um conhecimento maior (do general) sobre gestão de saúde”.

Hoje, serão ouvidos o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Antonio Barra Torres.

» Confirmação esperada

Em coletiva de imprensa após a sessão, o presidente da CPI, Omar Aziz, foi perguntado sobre a importância do depoimento do ex-ministro Nelson Teich. De acordo com o parlamentar, “nem era preciso ele admitir sobre cloroquina porque, nisso aí, o próprio presidente se posiciona”. “Ele não faz isso escondido, em uma ala dois por dois, ele fala isso publicamente e, então, não é novidade alguém chegar aqui e confirmar”, destacou.

Wajngarten e Araújo na lista

A CPI da Covid do Senado aprovou requerimentos de convocação para depoimentos que ocorrerão na próxima semana. Ficou acertado que, na terça-feira, vai ser ouvido o ex-secretário especial de Comunicação do governo Fábio Wajngarten e representantes do laboratório Pfizer. Wajngarten foi chamado em razão de uma entrevista que concedeu à revista *Veja*, na qual atribuiu à “incompetência” da equipe técnica do Ministério da Saúde a dificuldade do Brasil para adquirir um estoque necessário de vacinas capaz de imunizar a população contra a covid-19.

O ex-secretário disse, também, que atuou pessoalmente nas negociações com a Pfizer. O laboratório, em comunicado divulgado em janeiro último, informou ter proposto ao Brasil, em agosto de 2020, a venda de 70 milhões de doses de vacina, com o início da entrega dos imunizantes a partir de dezembro do mesmo ano. O governo brasileiro, porém, optou por não avançar nas negociações.

Segundo o requerimento de convocação de representantes da Pfizer, serão chamados a depor a atual presidente da farmacêutica no Brasil, Marta Díez, e seu antecessor no cargo, Carlos Murilo.

Para a quarta, estão previstas as oitivas da presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Nísia Trindade Lima; e do diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas.

Na quinta-feira, serão convocados o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e um representante do laboratório União Química, responsável, no Brasil, pelas negociações envolvendo a vacina russa Sputnik V. O ex-chanceler pediu demissão do cargo em março, ao ser apontado como um dos principais responsáveis por problemas diplomáticos que dificultam o acesso do país a insumos para imunizantes contra a covid-19. (JV)

» Ponto a ponto NELSON TEICH

PEDIDO DE DEMISSÃO

“As razões da minha saída do ministério são públicas. É a constatação de que eu não teria a autonomia e a liderança indispensáveis ao exercício do cargo. A falta de autonomia ficou ainda mais evidente em relação às divergências com o governo quanto à eficácia e à extensão do uso da cloroquina para o tratamento da covid-19. Minha convicção pessoal, baseada nos estudos: naquele momento não existiam evidências de eficácia para liberar. Existia um entendimento diferente por parte do presidente, amparado na opinião de outros profissionais. Isso foi o que motivou minha saída. Sem liberdade para conduzir o ministério, optei por deixar o cargo.”

MOMENTO DA SAÍDA

“Naquela semana, teve uma fala do presidente na saída do Alvorada, em que ele fala que o ministro tem que estar afinado. E cita o meu nome. Na véspera, ele tem uma reunião com empresários em que fala que o medicamento (cloroquina) vai ser expandido. À noite, tem uma live

em que ele diz esperar a expansão do uso. No dia seguinte, eu peço minha exoneração.”

ESTUDOS DE VACINA

“Era o começo do processo da vacina, e foi quando eu trouxe a da AstraZeneca para o estudo ser realizado no Brasil, para o país ser um dos braços desse estudo, na expectativa de que teríamos uma facilidade na compra futura. Tínhamos a Jansen, a Moderna, a AstraZeneca. Era no começo de tudo. E minha preocupação era que a gente entrasse nesse circuito do desenvolvimento (de imunizantes).”

COMPRA DE IMUNIZANTE

“Tem um momento em que você não sabe se a vacina funciona, e compra a dose no risco de, se não funcionar, perder aquilo. Nesse período dos contratos de risco, temos os países mais ricos investindo pesado na compra. O número que eu vi na mídia que os Estados Unidos investiram US\$ 18 bilhões, o equivalente a R\$ 100 bilhões. O orçamento do Ministério da Saúde para 2021 é de R\$ 131 bilhões. Dá para ver a diferença de poder que os países

têm para tentar antecipar, para entrar nesse tipo de contrato de risco. São cenários. E depois você tem a vacina com confirmação de resultado com muitas doses compradas, e quando você entra comprando depois, entra no fim da fila. Isso explica por que temos tanta dificuldade de receber as doses compradas.”

PRODUÇÃO DE CLOROQUINA

“Não participei disso (produção de cloroquina pelo Exército). Se aconteceu alguma coisa, foi fora do meu conhecimento. Eu tinha uma posição muito clara, não só quanto à cloroquina quanto como com qualquer medicamento.”

AMPLIAÇÃO DO USO DO MEDICAMENTO

“Uma reunião em que o presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina) apresentou um documento em que o CFM valida o uso de cloroquina por pacientes com doença leve a moderada, desde que de acordo com critério médico. O documento do CFM se torna público e passa a ser uma posição do CFM. O presidente veio com o documento, colocou para ele o que o CFM faria. (...)

Não teve uma extensão disso. Na essência, levaram o documento para o presidente.”

PRESCRIÇÃO CONTRA A COVID-19

“Existia muita incerteza. Eu colocava que, se tivesse de fazer algum medicamento, deveria ser feito por meio de estudo clínico. Num estudo clínico, as pessoas são monitoradas de perto. Dentro do hospital, você acompanha. Quando você extrapola para o ambulatório, não pode ser acompanhado. E quando você tem o recrutamento das pessoas que vão fazer o estudo, aquelas pessoas com maior risco de complicação estão excluídas. O problema de você trazer o medicamento para o uso ambulatorial para doença leve ou moderada é que a chance de ser extrapolada para prevenção é grande. E cada vez você aumenta mais o espectro de pessoas que vai ser exposto ao medicamento de forma não controlada e com risco. O exemplo que fica é o uso de cloroquina como nebulização.”

ECONOMIA X SAÚDE

“Economia e saúde não são coisas distintas. Há duas décadas, se

achava que a educação era o principal fator de saúde de uma sociedade. E a economia é um fator importante para a sociedade. Qual é o problema prático? A economia foi tratada como dinheiro e empresas, e a saúde, sofrimento e morte. Mas tudo é gente. Quando você fala da economia, fala de gente. (...) Mesmo as coisas da economia que vão acontecer ali na frente, você pode sanar o problema. E a morte está acontecendo agora. Mas a economia, os determinantes sociais têm de ser percebidos como coisas que vão afetar a vida e a mortalidade. É difícil medir isso. Quando eu falava em economia, eu falava em pessoas.”

DADOS DIVERGENTES

“Meu maior problema era entender o que acontecia na ponta. Tinha informação de hospitais com mortalidade de 80%, e outros, de 30%. Não ter acesso ao que acontecia na ponta me dificultava entender o que estava acontecendo em diferentes lugares do país, e criar uma política de boas práticas em que pudesse pegar os lugares com melhor resultado e interagir com outro. Esse tipo de informação, eu não tinha. E quando não temos esse tipo de qualidade de informação, as decisões são menos precisas.”

HOSPITAIS DE CAMPANHA

“A gente nunca sabe se vai ter uma segunda onda, se vão ser três. Tem escolhas como gestor em que a gente se prepara para diversos cenários. Um deles podia ser o da segunda onda, que já tinha ocorrido com doenças como a gripe espanhola. Parece-me que faltou algum planejamento nessa saída (desativação de hospitais de campanha). O ideal é que você desativasse algumas coisas ociosas e tivesse condição de reativá-las no caso de uma necessidade.”

IMUNIDADE DE REBANHO

“Essa tese de imunidade de rebanho em que se adquire imunidade pelo contato e não pela vacina é um erro. A imunidade você tem por meio da vacina, e não de pessoas sendo infectadas. Isso não é um conceito correto. O que acabou acontecendo é que você teve uma sobrecarga dos sistemas, que teve muito mais casos do que o sistema poderia receber. Isso é mais um item que deixa clara a necessidade de já estarmos preparados gerencialmente para enfrentar uma pandemia.”

» Luiz Calçagno